

O DISCURSO POLÍTICO^{Text} NO FEMININO: IDENTIDADE SOCIAL (RAINHA MARIANA DA ESPANHA E GOVERNADORA ROSEANA DO MARANHÃO)

Dina Maria M. Ferreira

Abstract

The painting by Velázquez of Queen Marianna from Spain is tampered with by the media so as to picture the 'royalty' of Governor Roseana of Maranhão, one of the Brazilian states. Two contingent historical moments meet in the endurance of feminine power. Pragmatism and mythology crisscross in the universe which underlies and determines meaning.

Key words: *Meaning process, contingency, endurance, feminine power.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constrói por um percurso temático de três flancos: versa sobre a relação entre o espaço histórico do mundo objetivo e o instaurado na linguagem discursiva midiática como fator construtor do sentido identitário do feminino; apresenta como atributos femininos se encontram e se tocam situados em suas multifacetadas historicidades; e questiona se a constância e a repetição de atributos, alocados em cada momento histórico, não se condensam em uma macro-esfera representativa da condição humana do universo feminino.

O FEMININO NA MÍDIA E NO PICTÓRICO

No estudo das relações entre histórias, discurso midiático sobre o feminino na política é selecionado um discurso sincrético (verbal e não-verbal), cujo foco analítico está basicamente na iconicidade. O *corpus* analítico foi veiculado no jornal *Folha de São Paulo*, de circulação nacional, em 10 de março de 2002, caderno A, página 14, em artigo de Elio Gaspari,

intitulado “As bruxas da baixaria contra Roseana Sarney”. Trata-se de uma colagem feita em tela do pintor espanhol Diego Velázquez - retrato da rainha Mariana da Espanha –, século XVII, na qual o rosto da rainha Mariana é substituído pelo de Roseana; Roseana é retrato (Anexo 1) de poder validado pela nobreza de rainha da Espanha (Anexo 2). Não só as histórias se encontram como também gêneros de discurso: século XXI das mídias alcança o século XVII das artes, ‘linguajando’¹ o poder feminino; discursos midiático e pictórico mesclam-se na forma em prol de uma unicidade complexa do conteúdo.

Algumas notações históricas são pertinentes não só para a argumentação pretendida como também para a leitura do porquê significativo dessa colagem.

Mariana (Maria Ana) de Áustria era filha do imperador Fernando III e de Maria de Áustria, que, por sua vez, era irmã de Don Felipe IV, rei da Espanha, viúvo e sem filhos que deveria se casar de novo para dar um herdeiro ao trono. Mariana e Felipe casados tiveram seis filhos, dentro os quais Carlos II, o último rei da Espanha da dinastia dos Habsburgo (os áustrios). A importância política da rainha Mariana está no fato de que com a morte de Felipe IV, seu filho, Carlos II, sobe ao trono com apenas quatro anos de idade. Estabelece-se um Conselho de Regência (1665-1675/77) no qual Dona Mariana ocupa importante papel, em um período dominado por lutas políticas. Roseana Sarney, filha de ex-presidente do Brasil (1985/89) e hoje (2002) senador, José Sarney, era a então governadora do Maranhão, estado do nordeste brasileiro. Partilha também da vida política seu irmão, deputado e ex-ministro, José Sarney Filho; é casada com Jorge Murad, também político, pois este exerce cargos de assessoria política para a própria família Sarney. Enfim, Roseana é membro atuante de uma família política, chamada de oligarquia Sarney por estar encastelada na torre Maranhão há 35 anos. O foco temático desses dados convergem para escândalo político: a primeira figura feminina a chegar à pré-candidatura da presidência do Bra-

¹ O uso de aspas simples (“...”) se diferencia das aspas duplas (“...”); estas são utilizadas para citações e títulos e aquelas como recurso estilístico no auxílio da argumentação.

sil, com um percentual representativo de escolha popular, envolvida em possível fraude ocorrida em sua empresa Lunus Participações e Serviços Ltda., em parceria com seu marido, onde foram encontrados R\$1,34 milhões, em espécie, sobre uma mesa de escritório.

Os dados históricos vão ancorar o sentido a que se propõe a imagem. As duas figuras de mulher se entrecruzam, ou melhor, se estabelecem sobrepostas em expressividade de valores compartilhados pelo ser feminino. Mariana e Roseane habitam espaços e tempos específicos, no entanto, parecem conectar-se por propriedade semelhante, parecem encontrar-se em um *illo tempore*, isto é, na trans-história, sem negar os seus *temporis* vividos e sendo vividos. Ambas, em suas especificidades socioculturais, instauram-se no poder político, desempenham função de destaque em seus meios, articulam acordos de interesse político em seus ‘impérios’, tramam no trono do poder, praticam a arte do poder em suas *polis*.

O FEMININO NAS DIMENSÕES PRAGMATICISTA, SEMIÓTICA E SIMBÓLICA

A questão sobre identidade do feminino vai organizar-se pelo eixo analítico pragmatismo, semiótica e mitologia. Esses eixos visam cotejar o construto identitário feminino sob a perspectiva de performativos históricos sobrepostos, de modos de geração de sentido e da ‘duração’ trans-histórica do significado mítico, respectivamente. A convergência epistemológica visa à neutralização de forças teóricas que passam a interagir em jogos argumentativos de linguagem.

DA VISÃO PRAGMATICISTA

A filosofia pragmaticista, de natureza pós-metafísica tem por base o anti-essencialismo e o anti-representacionalismo, pois não outorga acesso ao Ser a à Verdade. A verdade é trocada pela utilidade do momento; um ser não é representacional do Ser essência, mas um sujeito em manifestação do interesse político de determinado tempo e espaço. Sob a égide da ação, o pragmaticismo privilegia a “contingência da comunidade, da linguagem e da individualidade” (Huisman, 2001: 837). O absoluto da essência e da verdade esvai-se na contingência dos instantes performativos;

o que significa é a utilidade dada e referida à ação, situada em momento sócio-histórico.

Sob esta visão pragmaticista, a imagem expressada – tela de Velásquez com colagem –, seria “um fenômeno histórico da imagética especular, a história da dominação da mente ocidental por metáforas oculares, dentro de uma perspectiva social” (Rorty, 1995:27). O quadro ‘adulterado’ apresenta um “fenômeno histórico”: figura de mulher, a que podemos chamar de ‘Mariana Sarney’ (simbiose de Mariana de Áustria com Roseana Sarney), em traje pomposo de gala, que mostra o *status* da mulher em exercício de poder político: a que é importante, que comanda e circula sob os holofotes do poder. A história brasileira apropria-se da austro-espanhola, pois dados performativos de duas figuras femininas em dois percursos históricos refletem valorações socioculturais semelhantes, isto é, valores do poder e das fraudes advindas de suas práticas no tempo e no espaço em que emergem. Na construção de seu significado, o quadro é uma “imagética especular” pois, como o próprio sentido de *speculum* indica, reflete um foco de ‘luz’ do poder feminino: utiliza-se de uma pintura do século XVII, constrói uma metáfora pelo desvio/adulteração de elementos na tela original, e dá significado a um momento político que historiciza a presença do feminino no poder político do Brasil 2002, em início eleitoral para a presidência do país. A construção da metáfora ocular de valores ocidentais em determinada circunstância não toma para si a questão de verdade, isto é, se Mariana da Áustria é ou não o espelho de Roseana do Maranhão. A utilidade da ação foi preenchida: juntar dos sujeitos para refletir valores de tramóia e corrupção. Nem Mariana nem Roseana, rainhas, pleiteiam a representação da realeza feminina no terreno político, duas coincidências históricas se encontram para espelhar performativos que podem se irmanar, sem contudo configurar representação do comportamento do Ser feminino no poder.

DA LEITURA SEMIÓTICA

Enquanto o Pragmatismo vincula-se ao o quê está sendo significado enquanto ação, a Semiótica preocupa-se com os modos de produção do sentido, que instrumentais de linguagem são acionados em tal produto. A

leitura semiótica aqui proposta está para uma teoria da significação, entendida como um estudo de relações taxionômicas e seus sistemas representacionais. Ao oferecer mecanismos analíticos para configurações de representações, beneficia o mundo metafísico da filosofia essencialista. A própria idéia de taxionomia pressupõe um centro representacional de uma essência, no caso a Mulher Poder.

Sob um recorte estruturalista, peças discursivas se articulam em um espaço que não dá lugar à resiliência, um espaço aberto entre as peças que constrói especificidades históricas e que não necessariamente estão centradas em apenas uma valoração. Por uma leitura semiótica significantes discursivos vão modalizando as faces “reais” do feminino. Na tela original de Velásquez (Anexo 2), a rainha Mariana reflete em seus traços o seu poderio: lábios, sobrancelhas e olhos pousam na horizontalidade, posição indicativa da estabilidade do poder, por princípio segura pela própria genealogia da nobreza; lábios fechados negam-se à simplicidade do *pathos* da natureza humana; olhar sério dirige-se indiferente a seu espectador; em pose fotográfica fala a prática do poder – estou aqui, em minha torre –; poder embolado nas rendas e adereços do feminino que se estabelece na decoração suntuosa da cortina, levantando-se em seda para dar lugar à figura poderosa da corte. A substituição pelo rosto de Roseana (Anexo 1) continua o fazer do poder, não interrompe a presença dessa categoria taxionômica. Entretanto, seus traços hiperbolizam e modalizam esta prática: aterrizam em envergadura, lábios, olhos, sobrancelhas inclinam-se disforicamente; o colorido eufórico dá lugar ao preto e branco; figura ainda cercada de feminilidade das rendas, mas indicando, atrás de si, a necessidade de armas em posição ereta e na espera de combate. A representação do poder político feminino formaliza-se em tentativa de essencializar o Ser Feminino em tal prática, ou em poder pleno ou em poder fragilizado.

PARA A COLISÃO ‘HARMÔNICA’ DE SEMIÓTICA COM O PRAGMATISMO

Ratificam-se diferenças discursivas mesmo com a superposição de figuras femininas, pois contingência histórica, como sua própria natureza indica, é específica de seu tempo e seu espaço. O retrato da Mariana de Áustria é colorido; o poder hereditário é forte em suas cores, é ‘real’ pela

genealogia e pela suntuosidade da vestimenta; o olhar e a posição da rainha indicam o distanciamento de quem exerce o poder face a quem o recebe; a rica seda da cortina emoldura o altar da realeza. O retrato de 'Mariana Sarney' mostra uma Roseana, em preto e branco, descolorida e abatida em seu pedestal: o feminino talvez não suporte as intrigas do poder; precisa de armas para se manter, pois a seda não a sustenta. Apesar de apropriar-se do contingente social de outrem, um performativo histórico é diferente de outro.

No entanto, a categoria poder permanece, não importa a alteração da forma; o significado estabiliza-se em significantes de histórias diferentes que se unem pela constância e repetição de semas constitutivos do significado <poder>. A questão se problematiza. O retrato de 'Mariana Sarney' une, em seu instante político, tempos e espaços do hoje e do ontem, reconstruindo e transformando a permanência do poder. Os significantes se movimentam na resiliência dos tempos históricos. O construto <poder> começa a mostrar as não-fronteiras históricas, fronteiras que se abraçam no fazer cíclico da condição humana. O significado é anterior ao significante, o significado é depositado na linguagem cujos significantes deslizam em suas histórias.

Contradizendo o pragmatismo pós-analítico, o significado representacional do poder instaura-se, de alguma forma, nas figuras femininas sobrepostas. Refutando o anti-representacionalismo, alia-se ao anti-essencialismo, pois a representação não reflete a essência do poder em si. A representação pode ser encarada como um átomo de essência, como uma forma que se manifesta no instante de um momento histórico. Enquanto retrato, já é uma representação de algo, e, na medida em que se aceita a linguagem como representação de mundo, a foto representa (em linguagem) a representação de uma figura (em retrato), recurso de sobreposição de representações que já indica distanciamento do foco essência.

Mesmo com a proposta de que a linguagem representa, não se nega a ação do utilitário: denunciar, ironizar a prática feminina do poder em um fenômeno sócio-histórico. A ação realiza-se, mas não poderia o performativo, e múltiplos outros, representar dado de vida? A prática discursiva não espelha representações de fenômenos sociais? Poder-se-ia

perguntar se não há incoerência na constituição das figuratividades discursivas. Como uma mulher do século XVII pode corresponder a uma do século XXI? A significação não estaria na contradição, mas na aceitação da contradição. Não interessa se os cachos de cabelo e seus enfeites de moda no século ‘primevo’ não combinam com o rosto atual, não importa se a figura feminina do século XVII veste-se com saia longa armada e a mulher atual é a de calça cumprida ou tailleur, não há contradição se o lenço deslizando sobre saia é indicador de superioridade hierárquica de uma época e não desta, e não interessa se Mariana seja ou não reconhecida ou conhecida do leitor de jornal. O uso daquela imagem significa o performativo histórico da trama do poder, funciona e atende ao sentido: o fazer significativo mostrando “as bruxas da baixaria contra Roseana Sarney” que, na realidade e talvez, não eram só ‘baixarias contra ela’, mas baixarias dela. O ‘olhar’ significativo está para a maneira como vejo a forma:

(a ‘primazia da forma’) uma posição de princípio, de fé – pois, qualquer exemplo do uso que possa ser descoberto posteriormente à identificação de uma determinada forma e vir a ser considerado como contra-exemplo ao princípio será motivo não para que o princípio seja revisto mas para que a forma seja repensada (para dar conta do novo dado rebelde) (Rajagopalan, em prelo, p. 8)

A tela adulterada nada mais é que um novo uso de linguagem icônica indicativa de ‘nova’ forma de encarar um fenômeno político. A construção do significado atende ao uso discursivo, pois é aceito, veiculado e interpretado. Se “a linguagem é uma forma posta em ação e toda ação social é repleta de imprevisibilidades” (Rajagopalan, em prelo, p.10), a bricolagem feita na tela de Velásquez pode ser considerada uma ilustração da imprevisibilidade da ação social manifestada em forma discursiva.

Ainda no mundo do pragmatismo poder-se-ia perguntar se o quadro de Velásquez com o rosto de Roseana Sarney faz um indivíduo ou um *representante* público de uma cultura. Pelo conhecimento de mundo, pode-se reconhecer o indivíduo rainha Mariana da Espanha, mãe de Carlos II, regente imperial, manipuladora de tramas políticas, e o indivíduo Roseana Sarney, então pré-candidata à presidência do Brasil. Sem a pretensão de ser um

“societalista radical” (Rajagopalan, em revisão, p. 2), isto é, não negando o privado, não se pode deixar de se reconhecer o coletivo como substrato na constituição da identidade de Roseana Sarney naquele instante sócio-histórico. O indivíduo Roseana é aquele que “não tem outra individualidade além da que lhe é outorgada pela ordem social da qual é parte” (Rajagopalan, em revisão, p. 2), isto é, naquele jogo de linguagem, na construção daquele significado são seus papéis sociais que lhe outorgam identidade.

Privado e público se mesclam pelos fatores sociais atribuídos a um indivíduo (rainha Mariana) que constrói a identidade de outro indivíduo (Roseana), que por sua vez reflete atributos sociais. Propõe-se, então, a instauração de um sujeito privado socializante, ou melhor, um privado-coletivo.

O ENCONTRO SEMIÓTICA E PRAGMATISMO NA DIMENSÃO DO SIMBOLISMO MÍTICO

E é pelo encontro e equivalência de atributos sociais pertencentes a momentos históricos distantes que se atém a um estudo sobre a identidade, no caso a do feminino, que dê conta de como momentos históricos vividos podem se tocar no trans-histórico. O universo da simbologia mítica prova recursos não mais utilitaristas do instante, mas um mundo que propicia o olhar sobre a condição humana e suas propriedades que se manifestam em histórias, além da própria natureza do mito, sendo entendido como estórias que epifanizam verdades ‘duráveis’ da vida.

A estória de Roseana Sarney nos indica caminhos míticos que mostram os caminhos da vida. É uma mulher, e enquanto mulher foi alçada ao poder de uma pré-candidatura à presidência do Brasil; suas imagens sempre mostraram uma figura feminina vaidosa, de cabelos sempre penteados, de roupas coloridas, de constante sorriso. Era uma primeira mulher no patamar máximo de governo federal. No entanto, foi retirada do poder pelo fazer de um homem, seu marido. Um quadro que retrata repetições de vida. Significância de vida que não termina em fronteiras socioculturais, há um olhar de permanência na dimensão mítico-simbólica.

É preciso entender o conceito de permanência, que não atende a questões de essência nem de infinitude. Mesmo aceitando a finitude do

pragmático, não se pode contrapor a finitude à ‘infinitude’ do símbolo-mítico, pois não há infinitude nem no mito nem em sua manifestação simbólica. A posição do simbólico é da não-transparência, característica que nos impossibilita fronteirizá-lo. Conceituar a simbologia mítica pelo racionalismo e/ou positivismo epistemológico torna-se inviável até por sua própria natureza de *eidolon*, de bruma que perpassa sujeitos sociais e individuais; símbolos que, ao mesmo tempo encobrem e participam do tangível vivido.

Um *tertium quid* apresenta-se, porquanto o não-espacial e o não-temporal, indicador de conceito maior da condição de humanidade, manifestam-se no espacial do homem temporal. A ‘permanência’ humana expressa-se pela impermanência da contingência.

Ousamos reconceituar, se assim o pudéssemos dizer, para dar mais justificação à proposta argumentativa. Vamos adotar o termo propriedade como marcas do ‘próprio’ da natureza humana, e atributos, como predicções sociais que se atrelam ao indivíduo na sua vida social. Logo, estaremos trabalhando com o social e a condição humana; social que reflete a concretude do identitário em seu contexto histórico-cultural e condição humana que mostra um universo abstrato, mas não menos existente.

É pelo ‘com-jogar’ da ambivalência entre instante e permanência, que se extensiona o título e o tema do artigo para Atená/Hera do Olimpo, Mariana de Áustria e Roseana do Maranhão, na medida em que figuras mitológicas femininas do berço da civilização ocidental fornecem construtores arquetípicos da identidade do feminino na viagem constitutiva de vida.

A escolha da deusa grega Atená faz-se pela sua importância hierárquica na mitologia grega e principalmente porque encarna o símbolo da mulher do poder, da mulher que nasce da cabeça de Zeus sem o conluio feminino, que comanda e que dirige grandes sagas epopéicas. Atená é a “guardiã das acrópoles, deusa guerreira, deusa da inteligência, deusa da razão, do equilíbrio apolíneo” (Brandão, 1986: 26). Hera é levada em conta, como a mulher, a ‘primeira dama’ do Olimpo, em função oficial, cujo performativo esteia-se na trama dos bastidores, pois, na manutenção de seu papel de esposa do ‘rei’ Zeus, necessita articular acordos, urdir fraudes para se manter em seu *topoi*.

Ambas as deusas constituem, aqui, no trabalho, uma unidade histórica de atributos, de modo a poder-se relacioná-los aos da Mariana de Áustria e aos de Roseana do Maranhão. Atená revela a mulher política, do paládio, a que rege cidades, a mulher que reflete sobre política. Aliam-se a esses adjuntos identitários outros pertinentes a Hera, a mulher que urde tramas e que está sempre em rede de intriga. Juntam-se *polis* e trama política. Mais uma vez, atributos situados historicamente se equivalem: Hera/Atená do Olimpo encontra Mariana na Espanha que encontra Roseana no Maranhão.

Compartilhando atributos que se repetem, figuras femininas exalam a constância de propriedades oriundas de um performativo social, às quais são legadas funções.

Não se vai aqui tratar da simbologia mítica pelo seu sentido primevo, em que o ritual e o sacralizado o constituíam. Barthes simplifica o conceito de mito de modo a adequá-lo a sua manifestação em sociedades modernas. O mito fala pelo símbolo, símbolo apresentado como “uma forma substituível de verdade, uma verdade que escamoteia outra verdade” (*apud* Brandão, 1986: 37). Logo, o mito também não se propõe a mostrar a essência em si. Poderíamos então entendê-lo como “a identidade de todos os homens, seja qual for a época e o lugar onde tenham vivido” (*apud* Brandão, 1986: 37). Mircea Eliade (*apud* Brandão, 1986: 40) diz que o mito é:

Um objeto ou um ato (que) não se tornam reais, a não ser na medida em que repetem um arquétipo. Assim, a realidade se adquire exclusivamente pela repetição ou participação; tudo que não possui um modelo exemplar é vazio de sentido, isto é, carece de realidade.

O que ocorre nas/pelas figuras femininas discursivizadas é a constância de propriedade que se manifesta por funções históricas. Compartilham a propriedade do poder e a capacidade de estratégias políticas. Pela repetição de atributos, performativos sociais, percebem-se categorias da condição humana. Propriedades humanas vivem com atributos sociais e histórias revelam trans-história. A manifestação da linguagem em determinado instante é o canal epifânico das propriedades humanas.

CONCLUSÃO

O mundo mítico e o mundo pragmaticista, aparentemente divergentes, tocam-se pelo ‘como manifestado’, veio de translação entre um universo e outro, pois a simbologia não é “um objeto, um conceito ou uma idéia: ela é um modo de significação, uma forma” (Barthes, 1970: 13, *apud* Brandão, 1987). Apropriando-se de uma afirmação do filósofo Quine, chamamos a permanência da condição humana de “ser é ser o valor de um variável” (*apud* Rajagopalan, 2000: 80), porquanto o “ser” mostra-se em performatividade constitutiva em uma “variável” social que reflete um “valor” de significação do “ser”.

Nenhum dos universos – pragmaticista e simbólico-mítico – permite alcançar a essência do ser, mas a epifania de valores (propriedades da condição humana) apresenta-se por variáveis (atributos sócio-históricos). O construto não se desfaz pela constância dos valores. A constância e a repetição do histórico permite vislumbrar os valores etéreos da condição humana que nos perpassam desde e além o *illo tempore*. A repetição de fazeres, na ordem da contingência pragmaticista, deixa rastros, rastros da existência da condição humana. A linguagem é ecológica, e, como tal, deixa rastros de significações de outras histórias, cuja continuidade propicia um olhar trans-histórico. Pragmatismo e mitologia não compõem dicotomias epistêmicas, o *tertium quid* é possível: inter-histórias semeiam a trans-história, pragmatismos epifanizam mitologias.

Pelo conhecimento dessa combinação de universos – propriedades e atributos – a epistemologia não se dá certificado de sucesso no descobrimento da verdade da vida; este conhecimento só “irá nos dar algo para continuar” (Rorty, 1996: 249).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barthes, R. *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 1973.
- Brandão, J. de S. *Mitologia grega*. Volume I. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- . *Mitologia grega*. Volume II. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

Eliade, M. *Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Greimas, A. J. e Courtès, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.

Huisman, D. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Rajagopalan, K. Por uma pragmática voltada à prática lingüística. In: Zandwais, A. (orga.) *A relação entre pragmática e enunciação*. UFRGS, no prelo.

———. *A teoria pragmática e a necessidade de considerar o sujeito da linguagem como um agente ético*. No prelo.

———. O singular: uma pedra no caminho dos teóricos da linguagem. *Cadernos de Estudos da Linguagem*, 38: 79-84, 2000.

Rorty, R. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1979.

ANEXO 1



ANEXO 2

